

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1799139 - PB (2019/0047238-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
PETROS
ADVOGADOS : MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA - DF013418
TERESA CRISTINA AMORIM PERES DA SILVA -
DF026817
LARISSA CRISTINE DE MENEZES MOTTA E OUTRO(S)
- DF052895
EMBARGADO : MARCOS ANTONIO VERGARA DE FIGUEIREDO
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO TOSCANO LEITE FERREIRA -
PB011772
CARLOS EGYDIO DE SALES MADRUGA - PB010980
FELIPPE SALES CARNEIRO DA CUNHA - PB016681
INTERES. : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADOS : FREDERICO DE OLIVEIRA FERREIRA - MG102764
MARCO AURÉLIO FERREIRA MARTINS - SP194793
JOÃO EDUARDO SOARES DONATO E OUTRO(S) -
PE029291

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Verifica-se inexistir, no acórdão impugnado, alguma omissão a merecer a necessária integração por este Colegiado, tendo sido os fundamentos apresentados de forma clara e sólida, quanto à impossibilidade de exame de violação do dispositivo constitucional apontado (art. 7º, XI, CF) por não ser o recurso especial via própria para a análise de ofensa a norma constitucional, mesmo com o intuito de reforço argumentativo, matéria que é reservada ao Supremo Tribunal Federal, por expressa determinação da Carta Magna.
2. A jurisprudência desta Corte Superior é iterativa, no sentido de ser "inviável a análise de teses alegadas apenas em agravo regimental, mesmo tratando-se de matéria de ordem pública, por se caracterizar inovação recursal" (STJ, AgRg no REsp 1.460.978/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 1º/9/2014).
3. Da leitura das razões dos embargos de declaração opostos, observa-se que a embargante, na verdade, busca, mais uma vez, a rediscussão da matéria já decidida de maneira inequívoca pela Turma julgadora, pretensão esta que não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios.
4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

